CAPÍTULO I**DA DIRETORIA ESTADUAL DE COMBATE A CRIMES CIBERNÉTICOS**

Art. 2º A Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos, dirigida por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, estável no cargo, subordinada ao Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Pará, com atuação em todo Estado do Pará, tem por atribuição precípua a prevenção e a repressão das ações delituosas de natureza penal cometidas por meios tecnológicos que utilizem computadores, redes digitais, dispositivos de comunicação ou qualquer outro sistema informatizado para atacar as liberdades individuais, subtrair ou danificar o patrimônio, bem como atentar contra os direitos dos grupos vulneráveis assim definidos em Lei.

Art. 3º Compete à Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos:

I - prevenir e reprimir as infrações penais cometidas por meios tecnológicos que utilizem computadores, redes digitais, dispositivos de comunicação ou qualquer outro sistema informatizado, utilizado para atacar as liberdades individuais, subtrair ou danificar o patrimônio, bem como atentar contra os direitos dos grupos vulneráveis assim definidos em Lei;

II - manter estreita relação operacional com a Diretoria de Inteligência Policial da Polícia Civil do Estado do Pará, ou equivalente, objetivando o monitoramento de atividades delitivas, auxiliando na identificação de perfis criminosos e das pessoas que os utilizam e produzindo conhecimento para embasar o inquérito policial ou qualquer outro procedimento de polícia judiciária;

III - manter estreita relação operacional com a Diretoria Estadual de Combate à Corrupção, objetivando o monitoramento de atividades delitivas, cooperando e produzindo conhecimento para embasar o inquérito policial ou qualquer outro procedimento de polícia judiciária;

IV - manter acervo digital e banco de dados com perfis dos delinquentes;

V - planejar, coordenar, orientar, executar e fiscalizar as atividades operacionais e administrativas das Divisões de Polícia Especializada e Delegacias de Polícia Civil sob sua gestão;

VI - colher, registrar e analisar as informações técnicas relativas às atividades desempenhadas pelas Divisões de Polícia Especializada e Delegacias de Polícia Civil sob sua gestão;

VII - coordenar as unidades administrativas a si subordinadas, visando à eficiência dos métodos de trabalho e a eficácia dos resultados;

VIII - coordenar as operações preventivas e repressivas por meio dos órgãos públicos ou unidades administrativas de atuação, em conjunto ou em separado, uns em relação aos outros; e

IX - desempenhar outras atividades correlatas à sua atividade ou designadas diretamente pelo Delegado-Geral.

Art. 4º A Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos é composta pelos seguintes subunidades administrativas:

I - Secretaria;

II - Divisão de Combate a Crimes contra Direitos Individuais Praticados por Meios Cibernéticos;

III - Divisão de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados por Meios Cibernéticos; e

IV - Divisão de Combate a Crimes contra Vulneráveis Praticados por Meios Cibernéticos.

Parágrafo único. À Secretaria compete executar todas as atividades administrativas inerentes às atividades desenvolvidas na Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos e em suas subunidades administrativas vinculadas, bem como outras atividades conexas por determinação do seu titular.

Seção I**Da Divisão de Combate a Crimes contra Direitos Individuais Praticados por Meios Cibernéticos**

Art. 5º A Divisão de Combate a Crimes contra Direitos Individuais Praticados por Meios Cibernéticos, dirigida por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, estável no cargo, subordinada ao Diretor da Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos, tem como atribuições:

I - apurar a ocorrência de crimes contra a honra cometidos por meios tecnológicos e cibernéticos;

II - apurar a ocorrência de crimes contra a liberdade individual cometidos por meios tecnológicos e cibernéticos;

III - apurar a ocorrência de contravenções penais por meios tecnológicos e cibernéticos; e

IV - apurar outros delitos a partir de determinação superior.

Art. 6º A Divisão de Combate a Crimes contra Direitos Individuais Praticados por Meios Cibernéticos será composta pelos seguintes setores:

I - Secretaria;

II - 1ª Delegacia de Combate a Crimes contra Direitos Individuais Praticados por Meios Cibernéticos;

III - 2ª Delegacia de Combate a Crimes contra Direitos Individuais Praticados por Meios Cibernéticos; e

IV - 3ª Delegacia de Combate a Crimes contra Direitos Individuais Praticados por Meios Cibernéticos.

Seção II**Da Divisão de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados por Meios Cibernéticos**

Art. 7º A Divisão de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados por Meios Cibernéticos, dirigida por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, estável no cargo, subordinada ao Diretor da Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos, tem como atribuições:

I - apurar a ocorrência de crimes contra o patrimônio e correlatos cometidos por meios tecnológicos e cibernéticos; e

II - apurar outros delitos a partir de determinação superior.

Art. 8º A Divisão de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados por Meios Cibernéticos será composta pelos seguintes setores:

I - Secretaria;

II - 1ª Delegacia de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados por Meios Cibernéticos;

III - 2ª Delegacia de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados por Meios Cibernéticos; e

IV - 3ª Delegacia de Combate a Crimes Econômicos e Patrimoniais Praticados por Meios Cibernéticos;

Seção III**Da Divisão de Combate a Crimes contra Grupos Vulneráveis Praticados por Meios Cibernéticos**

Art. 9º A Divisão de Combate a Crimes contra Grupos Vulneráveis Praticados por Meios Cibernéticos, dirigida por Delegado de Polícia de carreira, da ativa, estável no cargo, subordinada ao Diretor da Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos, tem como atribuições:

I - apurar a ocorrência de violência doméstica e familiar contra a mulher, baseada no gênero, cometidas por meios tecnológicos e cibernéticos;

II - apurar a ocorrência de crimes contra a criança e o adolescente cometidos por meios tecnológicos e cibernéticos;

III - apurar a ocorrência de crimes homofóbicos e discriminatórios cometidos por meios tecnológicos e cibernéticos; e

IV - apurar outros delitos a partir de determinação superior.

Art. 10. A Divisão de Combate a Crimes contra Grupos Vulneráveis Praticados por Meios Cibernéticos será composta pelos seguintes setores:

I - Secretaria;

II - 1ª Delegacia de Combate a Crimes contra Grupos Vulneráveis Praticados por Meios Cibernéticos;

III - 2ª Delegacia de Combate a Crimes contra Grupos Vulneráveis Praticados por Meios Cibernéticos; e

IV - 3ª Delegacia de Combate a Crimes contra Grupos Vulneráveis Praticados por Meios Cibernéticos.

CAPÍTULO II**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 11. Todas as unidades administrativas operacionais da Polícia Civil do Estado do Pará possuem legitimidade para apurar as circunstâncias de delitos de natureza penal cometidas por meios tecnológicos que utilizem computadores, redes digitais, dispositivos de comunicação ou qualquer outro sistema informatizado, devendo a Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos atuar, preferencialmente, nos casos cuja identificação dos autores ou a apuração satisfatória das circunstâncias delitivas necessitem de tratamento técnico mais especializado.

§ 1º A tramitação de Boletins de Ocorrência Policial de outras unidades policiais para a Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos e desta para aquelas deverá ser acompanhada de despacho fundamentado do Delegado de Polícia responsável, demonstrando de forma satisfatória as razões da tramitação.

§ 2º Competirá ao Conselho Superior da Polícia Civil resolver os conflitos positivos e negativos de competência administrativa.

Art. 12. O inquérito policial ou outro procedimento de polícia judiciária poderá ser avocado e distribuído à Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos, por motivo de interesse público, na forma do art. 2º, § 4º, da Lei Federal nº 12.830, de 20 de junho de 2013.

Art. 13. A estrutura organizacional, física, operacional e de recursos humanos da Delegacia de Repressão a Crimes Tecnológicos, pertencentes e integrantes à estrutura da Polícia Civil do Estado do Pará, com suas respectivas atribuições e competências, ficam assimiladas, absorvidas e integradas à Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 16 de abril de 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO Nº 691, DE 16 DE ABRIL DE 2020

Excepciona o Decreto nº 11, de 24 de janeiro de 2019, que revogou a cessão de servidores ocupantes dos cargos de Professor e de Especialista em Educação a outros Órgãos e/ou entes da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso V, da Constituição Estadual e na forma prevista no parágrafo único do art. 2º do Decreto nº 11, de 24 de janeiro de 2019, e Considerando os termos do Processo nº 2020/152890,

DECRETA:

Art. 1º Fica excepcionada e, portanto, mantida, a cessão da servidora ocupante do cargo de Especialista em Educação - Classe II abaixo mencionada, no interesse do respectivo órgão e do Serviço Público.

Art. 2º Compete à Secretária de Estado de Educação editar os atos necessários à fiel execução deste Decreto, comunicando o órgão e ente de que quanto à servidora abaixo mencionada torna-se sem efeito o disposto no Decreto nº 11, desde 24 de janeiro de 2019.

Servidora:

KARLA CRISTINA MENDES CARDOSO

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 16 de abril de 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

DECRETO

O GOVERNADOR DO ESTADO RESOLVE:

exonerar, a pedido, de acordo com o art. 60, inciso II, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, combinado com a Lei nº. 7.543, de 20 de julho de 2011, RÔMULO HENRIQUE ALVARADA FERREIRA do cargo em comissão de Assessor Especial I, a contar de 13 de abril de 2020.

PALÁCIO DO GOVERNO, 16 DE ABRIL DE 2020.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado